Ao Banco Central do Brasil,

Referente: CARTA DE APRESENTAÇÃO

A **Planner Corretora de Valores S.A.** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **00.806.535/0001-54**, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, apresenta por meio desta, as demonstrações financeiras para o **semestre** findo em **30 de junho de 2023**, e os esclarecimentos requeridos conforme disposto na Instrução Normativa BCB n° 54, de 16 de dezembro de 2020**.**

1. Encontram-se em arquivo anexo os seguintes documentos:

- Relatório da Administração;
- Relatório dos Auditores Independentes;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

2. Informamos que as demonstrações financeiras acima mencionadas foram publicadas no dia **06 de outubro de 2023** no sítio eletrônico: https://www.planner.com.br/compliance/

3. Por fim cumpre salientar que a alta administração da **Planner Corretora de Valores S.A.** é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e, por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção.

Atenciosamente,

gov.br Documento assinado digitalmente
DOUGLAS CONSTANTINO FERREIRA
Data: 06/10/2023 16:33:19-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ASSINADO DIGITALMENTE
REINALDO DANTAS
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

DOUGLAS C. FERREIRA
Diretor de Contabilidade

REINALDO DANTAS
Contador CRC-1SP110330/O-6

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2023

e Relatório dos Auditores Independentes

Sumário

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 3-5
Balanço patrimonial 6-7
Demonstração dos resultados 8
Demonstração dos resultados abrangentes 9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido 10
Demonstração dos fluxos de caixa 11
1. Contexto operacional 12
2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras 13
3. Resumo das principais práticas contábeis 14
4. Caixa e equivalentes de caixa 18
5. Instrumentos financeiros - Títulos e valores mobiliários 19
6. Instrumentos Financeiros 21
7. Outros Ativos 22
8. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito 23
9. Investimentos 23
10. Imobilizado de uso 24
11. Outros passivos 25
12. Patrimônio líquido 28
13. Transações com partes relacionadas 29
14. Receitas de prestação de serviços 30
15. Despesas de pessoal 30
16. Outras despesas administrativas 31
17. Despesas tributárias 31
18. Outras receitas operacionais 31
19. Outras despesas operacionais 32
20. Imposto de Renda e Contribuição Social 32
21. Administração de recursos de terceiros 33
22. Gerenciamento da estrutura de capital 33
23. Limites operacionais 34
24. Análise de Sensibilidade 34
25. Outras informações 35
26. Eventos subsequentes 36

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da **Planner Corretora de Valores S.A.**, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2023.

O **prejuízo** do semestre findo em 30 de junho de 2023 foi de **R$ 688 mil**.

Gerenciamentos de Riscos e de Capital: em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções números 4.557/17 e 2.554/98, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, **a Corretora** mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital.

Em 30 de junho de 2023, os limites operacionais **da Corretora**, apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações.

A DIRETORIA

UHY Bendoraytes & Cia

Av. João Cabral de Mello Neto 850
Bloco 3, 1301 a 1305
Rio de Janeiro, RJ
Brazil

Tel +55 21 3030 4662
Email info@uhy-br.com
Web www.uhy-br.com

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Administradores da
PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 30 junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A. em 30 junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a. Mensuração de ativos financeiros

Porque é um PAA

Os instrumentos financeiros classificados na categoria de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda são substancialmente compostos por aplicações em cotas de fundos de investimentos e títulos públicos federais e originou a maior parte da receita da instituição, por isso firam incluídos como foco de nossa auditoria função da relevância.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em relação a mensuração dos ativos financeiros, destacamos a aplicação dos seguintes procedimentos de auditoria: (i) análise da posição de custódia em comparação com a carteira da instituição; (ii) análise das políticas contábeis da Administração em comparação com os requerimentos da norma em vigor; (iii) atualização do nosso entendimento sobre a metodologia de valorização desses instrumentos financeiros e as principais premissas adotadas pela administração, bem como a realização de comparação com metodologias e premissas independentes. Reexecução da valorização das operações e analisamos a consistência dessas metodologias com as aplicadas durante o semestre. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração desses instrumentos financeiros são apropriados e consistentes com as divulgações em notas explicativas, considerando as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

b. Provisões e passivos contingentes (Nota 11)

Porque é um PAA
A corretora apresenta provisões e passivos contingentes decorrentes principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos seus negócios, movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária. Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. Nas esferas cível e trabalhista, há a possibilidade de encerramento antecipado dos processos mediante acordos. Além dos aspectos subjetivos na determinação da possibilidade de perda atribuída a cada processo, a evolução da jurisprudência sobre determinadas causas nem sempre é uniforme. Considerando a relevância dos valores e as incertezas e julgamentos envolvidos, como descrito acima, para a determinação e constituição da provisão e divulgações requeridas de passivos contingentes, continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Confirmamos nosso entendimento e testamos o desenho e efetividade dos principais controles para identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, registro e divulgação das provisões e dos passivos contingentes, incluindo a totalidade e integridade da base de dados. Testamos os modelos utilizados para quantificação dos processos judiciais massificados de natureza cível e trabalhista. Em nossos testes da avaliação do risco dos processos judiciais individualizados de natureza tributária, cível e trabalhista, utilizamos o apoio de nossos especialistas nas respectivas áreas, quando aplicável, de acordo com a natureza dos processos. Realizamos também, procedimentos de confirmação, em base de testes, junto aos advogados internos e externos responsáveis pelos processos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação e constituição da provisão, bem como as divulgações efetuadas das provisões e dos passivos contingentes, são apropriados no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria do período anterior comparativo

As demonstrações contábeis da PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A. para o semestre e exercício findos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2022 foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatórios em 29 de setembro de 2022 contendo opinião com modificação e 20 de abril de 2023 contendo abstenção de opinião, respectivamente.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais eficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 03 de outubro de 2023.

UHY BENDORAYTES & CIA.
Auditores Independentes
CRC 2RJ 0081/O-8

GEYSA BENDORAYTES E SILVA:07625210740

Assinado de forma digital por GEYSA BENDORAYTES E SILVA:07625210740
Dados: 2023.10.06 15:31:14 -03'00'

GEYSA BENDORAYTES E SILVA
Contadora
CRC 1RJ 091330/O-5

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A.

CNPJ(ME) 00.806.535/0001-54

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 — Valores em R$ 1.000

A T I V O	NE	30/06/23	31/12/22
CIRCULANTE		**95.787**	**133.368**
DISPONIBILIDADES	**4**	**1.462**	**1.465**
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		**80.676**	**120.041**
Aplicação interfinanceira de Liquidez	**4**	28.174	69.234
Títulos e valores mobiliários	**5**	42.304	45.679
Rendas a receber	**6.4**	2.150	2.605
Negociação e intermediação de valores	**6.3**	8.048	2.523
OUTROS ATIVOS		**13.649**	**11.862**
Outros créditos - Diversos	**7**	13.430	11.825
Despesas antecipadas		219	37
NÃO CIRCULANTE		**(3.287)**	**(3.243)**
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		**2.353**	**3.370**
Títulos e valores mobiliários	**5**	2.353	3.370
OUTROS ATIVOS		**2.739**	**2.655**
Outros créditos - Diversos	**7**	2.739	2.655
PROV. PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS A:		**(10.336)**	**(11.472)**
Risco de rendas a receber e outros créditos	**8**	(10.336)	(11.472)
INVESTIMENTOS		**45**	**45**
Outros investimentos	**9**	45	45
IMOBILIZADO DE USO	**10**	**1.912**	**2.159**
Outras imobilizações de uso		7.076	7.076
(Depreciações acumuladas)		(5.164)	(4.917)
TOTAL DO ATIVO		**92.500**	**130.125**

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A.

CNPJ(ME) 00.806.535/0001-54

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 — Valores em R$ 1.000

P A S S I V O	NE	30/06/23	31/12/22
CIRCULANTE		**67.986**	**105.856**
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		**53.335**	**81.535**
Depósitos	**6.1**	43.461	77.202
Relações interdependências	**6.2**	1.266	1.261
Negociação e intermediação de valores	**6.3**	8.608	3.072
OUTROS PASSIVOS		**14.651**	**24.321**
Fiscais e previdenciárias	**11.1**	1.839	3.363
Diversas	**11.2**	12.812	20.958
NÃO CIRCULANTE		**5.622**	**5.703**
PROVISÕES		**5.622**	**5.703**
Fiscais e previdenciárias	**11.1**	3.164	3.327
Diversas - Passivos contingentes	**11.2**	2.458	2.376
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**18.892**	**18.566**
Capital:	**12.1**	42.840	42.840
De Domiciliados no país		42.840	42.840
Ajustes de avaliação patrimonial		(2.865)	(3.879)
(Prejuízos acumulados)		(21.083)	(20.395)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**92.500**	**130.125**

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A.

CNPJ(ME) 00.806.535/0001-54

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM

Semestre findo em 30 de junho de 2023 e 2022

Valores em R$ 1.000

	NE	30/06/23	30/06/22
RECEITAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**12.903**	**9.263**
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		11.066	8.478
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(1)	(2)
Resultado de operações de câmbio		1.838	787
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**1.135**	**27.335**
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		1.135	27.335
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**14.038**	**36.598**
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		**(14.726)**	**(19.222)**
Receitas de prestação de serviços	**14**	16.774	26.143
Despesas de pessoal	**15**	(10.551)	(12.097)
Outras despesas administrativas	**16**	(24.368)	(30.812)
Despesas tributárias	**17**	(2.643)	(4.500)
Despesas com provisões associadas ao risco de crédito		-	(2.724)
Outras receitas operacionais	**18**	7.450	33.745
Outras despesas operacionais	**19**	(1.388)	(28.977)
RESULTADO OPERACIONAL		**(688)**	**17.376**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		**-**	**-**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		**(688)**	**17.376**
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO SEMESTRE		**(688)**	**17.376**
Nº de ações .....:		**22.334**	**22.334**
Lucro/(Prejuízo) por ação.....R$		**-30,83**	**778,03**

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A.

CNPJ(ME) 00.806.535/0001-54

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestre findo em 30 de junho de 2023 e 2022

Valores em R$ 1.000

	30/06/23	30/06/22
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE	**(688)**	**17.376**
RESULTADO ABRANGENTE	**1.014**	**(65)**
Ajustes que serão transferidos para resultados:	1.014	(65)
Ajuste TVM	1.014	(65)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	**326**	**17.311**

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A.

CNPJ(ME) 00.806.535/0001-54

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestre findo em 30 de junho de 2023 e 2022 — Valores em R$ 1.000

Semestre de 01/01/23 a 30/06/23

	CAPITAL REALIZADO	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM	42.840	(3.879)	(20.395)	18.566
Ajustes ao valor de mercado - TVM e De	-	1.014	-	1.014
Prejuízo do semestre	-	-	(688)	(688)
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 30/	42.840	(2.865)	(21.083)	18.892
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	-	1.014	(688)	326

Semestre de 01/01/22 a 30/06/22

	CAPITAL REALIZADO	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM	42.840	(738)	(35.194)	6.908
Ajustes ao valor de mercado - TVM e De	-	(65)	-	(65)
Lucro líquido do semestre	-	-	17.376	17.376
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 30/	42.840	(803)	(17.818)	24.219
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	-	(65)	17.376	17.311

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A.

CNPJ(ME) 00.806.535/0001-54

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)

Semestre findo em 30 de junho de 2023 e 2022

Valores em R$ 1.000

	1º-SEM-23	1º-SEM-22
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre	**(688)**	**17.376**
Depreciações	248	232
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	(1.136)	(27.335)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-	2.724
	(1.575)	(7.003)
Variação de Ativos e Obrigações	(39.487)	(13.787)
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	336	(8.575)
(Aumento) redução de outros ativos	(1.872)	15.864
Aumento (redução) em instrumentos financeiros passivos	(28.199)	(56.345)
Aumento (redução) em outros passivos	(8.661)	35.463
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.091)	(194)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(41.063)**	**(20.790)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Inversões em:		
Imobilizado de uso	-	(471)
Inversões líquidas no intangível	-	2.636
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**-**	**2.165**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(41.063)**	**(18.625)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	70.699	70.253
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	29.636	51.628

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Planner Corretora de Valores S.A. ("Corretora") tem como objetivo atuar no mercado de títulos e valores mobiliários em seu nome ou por conta de terceiros e está localizada à Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900 - 10º andar, Condomínio Edifício Pedro Mariz, B31, na cidade e estado de São Paulo.

Esforço de transformação digital e revisão de processos internos de atendimento e *onboard*ing a novos clientes tornou segmento de pessoa física relevante dentro da Planner, viabilizando a negociação da venda desta carteira de clientes em janeiro de 2022 e o consequente processo de migração, iniciado em março de 2022 e concluído em março de 2023.

No decorrer do de 2022 um novo plano de reestruturação interna (pessoas, processos, controles e tecnologia) foi implantado, de modo a deixar a infraestrutura adequada ao novo modelo de negócio da Corretora, focado principalmente em Administração de Fundos e Agente Fiduciário.

Em setembro de 2022 o Banco Central homologou a transformação da SCM em SCD, fato necessário para o avanço em outras frentes de negócios, observando a consolidação da tendência de digitalização dos serviços bancários, com a estratégia de investimento no desenvolvimento tecnológico da conta de pagamento e o lançamento de novas soluções financeiras de crédito no decorrer do ano de 2023.

A Corretora é líder do Conglomerado Prudencial compostos pelas seguintes empresas:

1) Planner Sociedade de Crédito Direto S.A. (Planner SCD)
2) Planner Instituição de Pagamento Ltda Unipessoal (Planner IP)

Em 30 de junho de 2023, a Planner IP foi encerrada, por entender que a SCD já iria suprimir aos serviços a serem oferecidos.

Em 11 de agosto de 2022, a Trustee Distribuidora De Títulos e Valores Mobiliários Ltda deixou de fazer parte do grupo do Conglomerado Prudencial devido alteração do controle societário com a saída de sócio.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas estabelecidas no Plano de Contas das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020.

Com intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações financeiras entre o padrão contábil previsto no COSIF em relação aos padrões internacionais (IFRS), o Banco Central por meio da Resolução BCB nº 2/2020, regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As principais alterações implementadas foram: as contas do balanço patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do balanço patrimonial do período estão apresentados comparativamente com do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; inclusão das informações dos resultados recorrentes e não recorrentes; e a inclusão da demonstração do resultado abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o lucro líquido ou o patrimônio líquido.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, quando aplicável, são adotados pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo CMN e pelo BACEN.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 20 de setembro de 2023.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. Os rendimentos e as despesas de natureza financeira são calculados com base no método exponencial, observando-se o critério "pro rata dia".

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os depósitos bancários disponíveis e aplicações interfinanceiras com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, conforme prevê a Resolução do CMN nº 3.604/08.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações financeiras.

d) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Corretora estão contemplados abaixo:

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, classificados na categoria "títulos disponíveis para venda", são ajustados pelo valor de mercado, sendo a diferença entre os valores atualizados pela curva do papel e os valores de mercado são registrados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "*pro rata dia*", ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida na adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período.

e) Investimentos

Outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

f) Imobilizado de uso

É demonstrado pelo custo de aquisição, menos as depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método linear considerando as seguintes taxas de depreciação anuais: 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens de uso.

g) Intangível

São representados principalmente por softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear, considerando a taxa anual de 20% a.a.

h) Valor de recuperação dos ativos

O CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos estabelece a necessidade das entidades de efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível.

i) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução do CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos nas informações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

- **Passivos contingentes:** são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificamos como perda remota;

- **Provisões**: são reconhecidas nas informações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou

administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da Administração e divulgadas em notas explicativas;

- **Obrigações legais** (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições e são provisionadas.

j) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata dia", e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

k) Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

É constituída com base na expectativa de perdas na realização de rendas a receber por serviços prestados.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para o Imposto de Renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R$ 240 no ano.

A contribuição social sobre o lucro conforme a Lei nº 14.183/2021, é calculada à alíquota de:
a) 15% do período de 01/01/2021 até 30/06/2021
b) 20% do período de 01/07/2021 até 31/12/2021
c) 15% do período de 01/01/2022 até 31/07/2022
d) 16% do período de 01/08/2022 até 31/12/2022
d) Retornando para 15% a partir de 01/01/2023.

m) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância a Resolução CMN n° 3.750/09, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações

sobre as partes relacionadas.

n) Mensuração a valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo em ativos e passivos financeiros, quando aplicável, é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das quotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsa de valores e bolsa de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data base de balanço. Assim quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

o) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação e amortização dos itens do ativo imobilizado e intangível; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito e dos passivos contingentes e (iv) expectativa de realização do crédito tributário.

Os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

p) Resultado por ação

Calculado com base na quantidade de ações na data do balanço.

q) Juros sobre capital próprio

A Administração da Corretora decide sobre o pagamento dos juros sobre capital próprio caso haja lucro na empresa, conforme faculta o artigo 9º da Lei nº 9.249/95.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão, compostos por:

- **Eventos que originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base de autorização para sua emissão;

- **Eventos que não originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

s) Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da Corretora e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da Corretora e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Corretora não possuía resultado não recorrentes que devem ser divulgados nas demonstrações financeiras ou suas notas explicativas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2023	31/12/2022
Disponibilidades	**1.462**	**1.465**
Caixa	-	1
Depósitos bancários	193	193
Reservas livres	2	9
Disponibilidades em moedas estrangeiras	1.267	1.262
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	**28.174**	**69.234**
Letras Financeiras do Tesouro	-	-
Letras do Tesouro Nacional	28.174	69.234
Total caixa e equivalentes de caixa	**29.636**	**70.699**

(a) Referem-se às operações compromissadas.

5. Instrumentos financeiros - Títulos e valores mobiliários

a. Composição e vencimento

			30/06/2023		31/12/2022	
	Categoria	Vencimento	Valor do custo	Saldo contábil	Valor do custo	Saldo contábil
Circulante			**44.674**	**42.304**	**49.067**	**45.679**
Carteira própria			**19.528**	**17.156**	**27.067**	**23.678**
Letras Financeiras do Tesouro	Disponível para venda	01/09/2023 a 01/03/2024	11.092	11.105	5.079	5.087
Cotas de Fundos de Investimentos (a)	Disponível para venda	Sem vencimento	8.436	6.051	21.988	18.591
Vinculados a prestação de garantias			**25.146**	**25.148**	**22.000**	**22.001**
Letras Financeiras do Tesouro	Disponível para venda	01/09/2023	2.686	2.688	630	631
FILCB Multimercado – BVMF **(b)**	Disponível para venda	Sem vencimento	22.460	22.460	21.370	21.370
Não circulante			**2.350**	**2.353**	**3.365**	**3.370**
Carteira Própria			**2.350**	**2.353**	**3.365**	**3.370**
Letras Financeiras do Tesouro	Disponível para venda	01/09/2024	2.350	2.353	3.365	3.370
			47.024	**44.657**	**52.432**	**49.049**

Os valores de mercado das ações de companhias abertas e dos títulos públicos e privados foram apurados, respectivamente, com base no preço de fechamento na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no último pregão antes do encerramento dos semestres e exercício e no preço médio e nas taxas de juros divulgados pela ANBIMA no último pregão antes do encerramento dos semestres.

As cotas de fundos de investimento foram atualizadas pelo respectivo valor da cota, no último dia útil do semestre/exercício.

(a) R$ 6.051 (R$ 18.591 em dezembro de 2022), representam participação em dois Fundos de Investimentos Multimercado - Taurus FIM 57% e Viracondo FIM 15%, um Fundo de Investimento em Participação – Sing FIP 23% e dois Fundos de Investimento Imobiliário Sofi e Osasco 5%.
Em dezembro de 2022 foi efetuado um movimento (indicado na respectiva Auditoria da Demonstração Financeira do Fundo concluída pela CONFIANCE Auditores Independentes em fevereiro/2023), que converteu o Acordo de compensação de preços entre Grafeno FIP e Singularity FIM (atual Sing FIP), sobre o ativo GAFISA, que resultou na concentração de ativo no fundo de Ações da B100 Controle e Participações S.A., investida do fundo e controladora da Planner Holding Financeira que por sua vez é a controladora da Planner Corretora (sendo que a corretora já era cotista desse mesmo fundo).

(b) O Fundo de Investimento Liquidez Câmara BM&FBOVESPA Multimercado Investimento no Exterior, possui como objetivo constituir um mecanismo eficiente de liquidez para a Câmara, para fins do cumprimento das obrigações assumidas pela Câmara, bem como proporcionar a seus cotistas a preservação do valor das suas cotas.

Os demais títulos foram apurados pelo preço médio de negociação, ou quando não disponível, a Administração da Corretora adota parâmetro para cálculo do valor de mercado, obtido mediante técnica interna de precificação.

As ações de companhias abertas estão custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC). Os títulos públicos estão custodiados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), respectivamente.

b. Resumo das exposições com instrumentos financeiros derivativos

A Corretora participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais ou de compensação, que se destinam a atender às necessidades próprias ou de seus clientes, visando maximizar os resultados e administrar a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. Os riscos são administrados por meio de sistemas de controles, estabelecimento de estratégia de operação, determinação de limites e monitoramento constante das posições assumidas.

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 não havia posição em aberto com operações de instrumentos financeiros derivativos.

c. Margens de garantia

Em 30 de junho 2023, as margens de garantia de operações realizadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão montam o valor de R$ 25.151 (R$ 22.001 em 31 de dezembro de 2022).

6. Instrumentos Financeiros

6.1. Depósitos – passivo

	30/06/2023	31/12/2022
Circulante		
Recurso disponível de clientes	43.461	77.202
	43.461	**77.202**

6.2. Relações interdependências – passivo

	30/06/2023	31/12/2022
Circulante		
Recursos em trânsito de terceiros – moedas estrangeiras	1.266	1.261
	1.266	**1.261**

6.3. Negociação e intermediação de valores

Descrição	30/06/2023		31/12/2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixas de registro e liquidação **(a)**	6.515	-	1.118	5
Devedores/credores - conta liquidações pendentes **(a)**	1.533	8.608	1.405	2.067
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar **(a)**	-	-	-	1.000
	8.048	**8.608**	**2.523**	**3.072**

(a) Referem-se, principalmente, a valores a receber e a liquidar com clientes e instituições do mercado pelas operações realizadas nos últimos pregões da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, cuja liquidação ocorrerá em até 2 dias úteis.

6.4. Rendas a receber – ativo

Em 30 de junho de 2023 estão representadas pelas corretagens, taxas de administração e custódia e comissões a receber na intermediação de operações e negócios, no valor de R$ 2.150 (R$ 2.605 em 31 de dezembro de 2022).

Aging-list das rendas a receber

30/06/2023

Descrição	Taxa de Administração de Fundos	Prestação de serviços de assessoria	Comissões e corretagens a receber	Totais
Valores a Vencer	1.640	218	6	1.864
Valores vencidos de 15 a 60 dias	4	105	-	109
Valores vencidos de 61 a 90 dias	-	22	-	22
Valores vencidos de 91 a 180 dias	-	69	-	69
Valores vencidos acima de 180 dias	14	72	-	86
	1.658	**486**	**6**	**2.150**

31/12/2022

Descrição	Taxa de Administração de Fundos	Prestação de serviços de assessoria	Comissões e corretagens a receber	Totais
Valores a Vencer	1.549	81	7	1.637
Valores vencidos de 30 a 60 dias	17	9	-	26
Valores vencidos de 61 a 90 dias	28	-	-	28
Valores vencidos de 91 a 180 dias	23	18	-	41
Valores vencidos acima de 180 dias	804	69	-	873
	2.421	**177**	**7**	**2.605**

7. Outros Ativos

7.1. Outros créditos - Diversos

	30/06/2023	31/12/2022
Circulante		
Impostos a compensar	1.828	846
Adiantamentos e antecipações	362	50
Valores a receber de sociedades ligadas (d)	-	491
Devedores diversos – País **(a) e (7.2)**	11.240	10.438
	13.430	**11.825**
Não circulante		
Devedores por depósitos em garantia - recursos fiscais **(b)**	2.459	2.375
Devedores por depósitos em garantia - outros recursos **(c)**	280	280
	2.739	**2.655**

(a) Em 30 de junho de 2023 refere-se, substancialmente, saldo a receber da empresa Trustee DTVM de R$ 6.206, reclassificados de valores a receber de sociedades ligadas (R$ 6.206 em 31 de dezembro de 2022) e; saldo a receber da empresa Prosper corretora de valores de R$ 1.249 (R$ 1.249 em 31 de dezembro de 2022), AMBOS já provisionados em Outros Créditos de Liquidação Duvidosa.

(b) Refere-se integralmente a depósitos judiciais de processos de natureza tributária. Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a Corretora apresenta um montante de R$ 2.459 (R$ 2.375 em 31 de dezembro de 2022), referente à Intimações da Secretaria da Receita Federal n° 2007 (COMP PREJ).

(c) O valor refere-se, substancialmente, a bloqueios judiciais na conta da Corretora, decorrentes de processos que pessoas físicas fizeram contra o FIDC Atlântico (FIDC) que possuem títulos em seu nome cedido por alguma instituição ao FIDC, pois entendem que a dívida não é para o FIDC e sim da Corretora em que fez a dívida. Assim o juiz quando julga a ação, bloqueia o valor cobrado na conta corrente da Corretora, por eles serem os Administradores do Fundo, e quando da ocorrência do fato é solicitado ao FIDC o devido valor bloqueado. O valor de R$ 280 encontra-se provisionado.

(d) O saldo em 30 de junho de 2023 não havia montante com valores a receber de sociedade ligadas. Em 31 de dezembro de 2022 havia o montante de 491 referente a valores a receber da Planner Holding Financeira S.A.

7.2. *Aging-list* de devedores diversos – país

Descrição	Devedores diversos – país 30/06/2023	Devedores diversos – país 31/12/2022
Valores a Vencer	1.427	(135)
Valores vencidos de 30 a 60 dias	7	178
Valores vencidos de 61 a 90 dias	31	13
Valores vencidos de 91 a 180 dias	140	100
Valores vencidos acima de 180 dias	9.635	10.282
	11.240	**10.438**

8. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2023	31/12/2022
Provisão de serviços prestados a receber		
Provisão de valores a receber Fundos (a)	(14)	(576)
Provisão de valores a receber de reembolso de Fundos	(158)	(75)
Provisão de valores a receber Trustee DTVM	(6.206)	(6.206)
Outras provisões para créditos (b)	(3.958)	(4.615)
	(10.336)	**(11.472)**

(a) Provisões com PDD referente à taxa de administração de fundos e custódia.
(b) Provisões com PDD referente à clientes; Reembolsos de despesas e outras provisões.

9. Investimentos

	30/06/2023	31/12/2022
Títulos patrimoniais		
Título patrimonial da Bolsa Brasileira de Mercadorias	45	45
	45	**45**

10. Imobilizado de uso

	Taxa de Depreciação	30/06/23 Custo	30/06/23 Depreciação e amortização	30/06/23 Líquido	31/12/22 Líquido
Imobilizado de Uso					
Projeto digital - em curso	0%			-	-
Instalações	10%	1.026	(772)	254	269
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.551	(1.209)	342	364
Equipamentos, direito de uso, processamento de dados e segurança	10%/20%	2.914	(2.718)	196	250
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	1.585	(465)	1.120	1.276
		7.076	**(5.164)**	**1.912**	**2.159**

Movimentação do Imobilizado

	31/12/22	Adições	Baixas	30/06/23
Projeto digital – em curso (a)	-	-	-	-
Instalações	1.026	-	-	1.026
Móveis e equipamentos	1.551	-	-	1.551
Equipamentos	306	-	-	306
Sistema de processamento	2.603	-	-	2.603
Sistema de segurança	5	-	-	5
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.585	-	-	1.585
	7.076			

(a) Em 31 de dezembro de 2022 foi feito o encerramento do projeto digital (vide NE 1) devido a cessão da carteira de clientes pessoa físicas para a instituição adquirente, o saldo dessa operação foi baixado para despesas com desenvolvimento de sistemas.

Movimentação da depreciação do período

	31/12/22	Depreciação	30/06/23
Instalações	(758)	(14)	(772)
Móveis e equipamentos	(1.188)	(21)	(1.209)
Equipamentos	(305)	(883)	(305)
Sistema de processamento	(2.354)	-	(2.408)
Sistema de segurança	(5)	-	(5)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(307)	-	(465)
	(4.917)	**(918)**	**(5.164)**

11. Outros passivos

11.1. Fiscais e previdenciárias

Circulante

	30/06/2023	31/12/2022
Impostos e contribuições sobre lucros	-	955
Impostos e contribuições a recolher **(a)**	1.839	2.408
	1. 839	**3.363**

Não circulante

	30/06/2023	31/12/2022
Impostos e contribuições a recolher **(a)**	3.164	3.327
Total – não circulante	**3.164**	**3.327**

a) Durante o semestre findo em 30 de junho de 2011, a Corretora aderiu ao programa para quitação de débitos fiscais estabelecido nas Leis nº 11.941/09, 14.129/06, Decreto n° 50.512/09 e legislações posteriores, que requer o cumprimento de diversas etapas estabelecidas pela Receita Federal do Brasil - RFB, que incluem, principalmente, a apresentação de informações, o pedido de extinção dos processos de débitos inscritos na Dívida Ativa da União e a homologação/consolidação da modalidade de parcelamento pela RFB. Em 31 de dezembro de 2022 a Corretora não havia concluído todo o processo de adesão ao REFIS, porém, a Administração da Corretora, em conjunto com seus assessores legais, avaliou como provável o desfecho desse processo.

Está representado substancialmente, por 1) processo no qual em agosto de 2017 a Corretora aderiu ao processo PERT referente ao Auto de Infração de Distribuição Disfarçada de Lucros (Processo Administrativo nº 16327.721480/2012-45), e 2) Saldo de IRRF sobre renda fixa que em 31 de dezembro de 2022 representam respectivamente, o total do processo compreendia o montante de R$ 3.486 e R$ 176 (R$ 3.579 e R$ 34 em 31 de dezembro de 2022).

11.2. Diversas

Circulante

	30/06/2023	31/12/2022
Obrigações por aquis.de bens e direito	-	546
Despesas de Pessoal	1.732	1.389
Provisão de outras despesas administrativas	1.946	1.850
Credores diversos – país (b)	4.649	11.576
Outros pagamentos – bolsa de valores	95	84
Outros pagamentos **(c)**	4.389	5.514
	12.812	**20.958**

Não circulante

	30/06/2023	31/12/2022
Provisão para passivos contingentes **(a)**	2.458	2.376
	2.458	**2.376**

(a) Os processos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião da Administração com suporte de seus assessores jurídicos, como risco de perda provável são provisionados na rubrica provisão para passivos contingentes. Em 30 de junho de 2023 a Corretora apresenta o montante R$ 2.458 (R$ 2.376 em 31 de dezembro de 2022), relacionadas a seguir:

(i) Em 30 de junho de 2023 havia saldo referente a reclamações cíveis no montante de R$ 0 (R$ 1 em 31 de dezembro de 2022);
(ii) Cobrança de valores decorrente de intimação da Secretaria da Receita Federal, adquiridas em função de processo de compensação de prejuízo fiscal, atualizados no montante de R$ 2.458 (R$ 2.375 em 31 de dezembro de 2021);

(b) Composição de saldos credores diversos

	30/06/2023	31/12/2022
Contrato de venda da carteira de varejo (b1)	231	6.739
Acordos de processos	145	676
Ferreira Guimaraes	26	26
Depósitos a identificar - Fundos	54	54
Depósitos a identificar – Diversos	321	321
Outros créditos c/c clientes	1.936	1.642
Valores a restituir	352	266
Valores a Repassar	1.584	1.852
	4.649	**11.576**

b1. No contrato de Cessão para a instituição adquirente, o fluxo de migração dos clientes, ocorre a cada três meses, com pagamento no mês subsequente. A cada mês desse recebimento, perto de 70% é convertido para receita e o valor remanescente retido numa conta de passivo (item da NE) 11.2.B, para reserva de churn (eventual desistência de clientes no processo de transferência). A cada 6 meses após migração, o saldo de cada recebimento é revertido dessa conta de passivo para receita.

(c) Composição de outros pagamentos

	30/06/2023	31/12/2022
SRF- Multas por obrigações acessórias	894	959
Multas CVM	1.330	1.818
Tribunal de justiça – Repasse a efetuar (a)	2.108	2.946
Legacy Negócios Imobiliários	-	(305)
SLW CVC – repasse de receita a efetuar	57	878
(-) SLW CVC – Liquidação de Dep. Judicial	-	(782)
	4.389	**5.514**

(a) Valor desta conta representa a retenção de saldos dos debenturistas de emissão da CREFISUL, da qual a Planner é Agente Fiduciário.

11.3. Demandas JUDICIAIS – perdas possíveis

Os processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 30 de junho 2023, estes processos de natureza trabalhista e cível, totalizam R$ 1.178.688 (R$ 1.378.195 em 31 de dezembro de 2022):

	R$
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**108.448**
Aumento de contingências possíveis 1°Sem/2022	569.382
Aumento de contingências possíveis 2°Sem/2022	700.365
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.378.195**
Baixa de contingências possíveis 1°Sem/2023	(147.183)
Saldos em 30 de junho de 2023	**1.231.012**

	Quantidade	Saldo Possíveis 30/06/23	Quantidade	Saldo Possíveis 31/12/22
Civil	40	1.214.144	40	1.372.498
Tributário	3	3.421	3	3.120
Trabalhistas	6	13.447	6	2.577
TOTAL	**49**	**1.231.012**	**49**	**1.378.195**

Os principais processos classificados pelos assessores jurídicos como risco de perda possível são:

- Processo Administrativo 045.383/2021-9
  Autor: Petros – R$ 621.216
  Assunto: Tomada de Contas Especiais com o objetivo de apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação de eventuais danos causados em decorrência de investimento no Fundo de Investimento em Participações Multiner ("FIP Multiner").
  Em 23 de Junho de 2022 foram enviados ofícios para citação, e em 11 de Agosto de 2022, os advogados apresentaram a defesa da Planner Corretora que visa a exclusão da Corretora do polo passivo das ações, pois ela era apenas

administradora fiduciária do Fundo e não teve nenhum tipo de associação com a lide.
Em 16 de Junho de 2023 foi juntada petição da Planner, requerendo a reanálise de suas razões de defesa, tendo em vista a constatação de que determinados argumentos não foram objeto de apreciação, bem como a juntada aos autos do resultado de julgamento do Processo Administrativo Sancionador ("PAS") nº19957.001921/2020-71 pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com absolvição da Planner.

- Processo Administrativo 004.076/2022-2
  Autor : Infraprev - R$ 323.389
  Assunto: Tomada de Contas Especiais com o objetivo de apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação de eventuais danos causados em decorrência de investimento no Fundo de Investimento em Participações Multiner ("FIP Multiner").
  Foram enviados ofícios para citação de Planner foram enviados em 13 de janeiro 2023, e em 03 de março de 2023 os advogados apresentaram a defesa visando a exclusão da Corretora do polo passivo das ações, pois ela era apenas administradora fiduciária do Fundo e não tem nenhum tipo de associação com a lide.
  Em 30 de Junho 2023 foi juntada manifestação da Planner informando sobre sua absolvição no julgamento do PAS CVM nº 19957.001921/2020-71, bem como reiterando as suas razões de defesa já apresentadas.

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital Social

O capital social em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é de R$ 42.840 e está representado por 22.334 ações nominativas, sendo 11.167 ações ordinárias e 11.167 ações preferenciais, sem valor nominal, totalmente integralizado, na data do balanço, por acionistas domiciliados no país.

Em assembleia geral extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2021 foi deliberado o aumento de capital de R$ 22.840 para R$ 42.840 mediante a emissão de 15.334 novas ações. O aumento de capital de R$ 20.000 foi aprovado pelo BACEN em 14 de março de 2022, conforme Ofício 5718/2022 BCB-DEORF.

12.2. Dividendos

A distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, deduzido do valor da reserva legal de 5%, findo o exercício social em que a Administração o julgar compatível com a situação financeira da

Corretora, podendo o Conselho Administrativo propor à Assembleia Geral Ordinária que se distribua dividendo inferior ao obrigatório ou nenhum dividendo. A Assembleia Geral poderá também, se não houver oposição de nenhum acionista presente, deliberar a distribuição de dividendos inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro.

Não houve distribuição de dividendos no semestre findo em 30 de junho de 2023 e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

12.3. Destinação dos lucros

Em atendimento a Resolução CMN nº 3.605, a Corretora destina o saldo de lucros acumulados para reservas de lucros no encerramento do balanço anual.

12.4. Juros sobre capital próprio

No semestre findo em 30 de junho e 2023 e exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 não foram pagos juros sobre capital próprio.

12.5. Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliações patrimoniais são efetuados de acordo com a classificação dos títulos e valores mobiliários, conforme nota explicativa 3.d; e, estão classificados como títulos disponíveis para venda e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

No semestre encerrado em 30 de junho de 2023 foram lançados para ajuste de avaliação patrimonial o montante de R$ 3.141 totalizando no final do período R$ 2.865 (R$ 3.879 em 31 de dezembro de 2022) líquido dos efeitos tributários.

13. Transações com partes relacionadas

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as partes relacionadas da Corretora são:

- Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, a partir de 11.08.2022 deixou de fazer parte de partes relacionadas conforme explicado NE 1;
- Planner Sociedade de Crédito Direto S.A.;
- Planner Holding Financeira;
- Planner Serviços Corporativos Ltda.

A Corretora é detentora de cotas do Sing FIP e esse é acionista da B100 Controle e Participações S.A., no montante de R$ 1.371. Vide NE 5.a

As transações que a Corretora possui como parte relacionada, os direitos e obrigações, conforme descrito a seguir:

13.1. Direitos e obrigações

	30/06/2023 Ativo (Passivo)	31/12/2022 Ativo (Passivo)
Valores a receber de sociedades ligadas		
Planner Holding Financeira S.A.	-	491

13.2. Operações com partes relacionadas

No exercício encerrado em 30 junho de 2023 houve pagamentos referente serviços de assessoria para a Planner Serviços Ltda. no montante de R$ 1.688 (R$ 2.736 em 31 de dezembro de 2022).

13.3. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total do pessoal-chave da Administração, para o exercício findo em 30 de junho de 2023 foi de R$ 737 (R$ 2.528 em 31 de dezembro de 2022), a qual é considerada benefício de curto prazo.

14. Receitas de prestação de serviços

	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de administração de fundos	7.817	6.723
Rendas de comissão e colocação de títulos	1.293	2.021
Rendas de corretagem de operações em bolsa	1.669	4.817
Rendas de outros serviços	5.995	12.582
	16.774	**26.143**

15. Despesas de pessoal

	30/06/2023	30/06/2022
Honorários da diretoria	(737)	(1.320)
Proventos	(5.504)	(6.317)
Encargos sociais	(2.223)	(2.330)
Benefícios	(2.019)	(2.006)
Outras despesas	(68)	(124)
	(10.551)	**(12.097)**

16. Outras despesas administrativas

	30/06/2023	30/06/2022
Despesas com água e energia	(62)	(195)
Despesas com aluguéis	(1.703)	(1.714)
Despesas com comunicações	(297)	(304)
Despesas de manutenção e conservação	(459)	(691)
Despesas com material	(32)	(58)
Despesas com processamento de dados	(7.659)	(11.171)
Despesas com eventos, promoções e relações públicas	(435)	(294)
Despesas com propaganda e publicidade	(150)	(559)
Despesas com serviços do sistema financeiro	(4.530)	(7.242)
Despesa com serviços técnicos especializados	(7.342)	(7.065)
Despesas de transporte	(45)	(53)
Despesas com viagem	(80)	(294)
Despesa com depreciação e amortização	(248)	(232)
Outras despesas administrativas	(1.326)	(940)
	(24.368)	**(30.812)**

17. Despesas tributárias

	30/06/2023	30/06/2022
Impostos sobre serviços – ISS	(591)	(1.029)
Contribuição ao COFINS	(1.482)	(2.760)
Contribuição ao PIS	(241)	(448)
Outras despesas tributárias	(328)	(263)
	(2.643)	**(4.500)**

18. Outras receitas operacionais

	30/06/2023	30/06/2022
Recuperação de encargos e despesas (a)	48	1.516
Reversão de provisões operacionais	1	2
Outras rendas operacionais (b)	7.401	32.227
	7.450	**33.745**

(a) Em 30 de junho de 2022 ocorreu recuperação de despesas conforme descrito abaixo:
R$ 1.047 – Atualização de conta a receber sobre despesas bancadas por diversos itens ainda compartilhados da Trustee DTVM (cisão)
R$ 238 – Recuperação de Multas aplicadas e Despesas de fundos inadimplentes no exercício anterior
R$ 231 – Reembolso relativo a danos causados por terceiros no imobilizado

(b) Em 30 de junho de 2022 ocorreu a realização de parte de valor recebido pela Venda da Carteira de Pessoa Físicas vide NE 11.2 item (b): Contrato de venda de carteira de varejo.

19. Outras despesas operacionais

	30/06/2023	30/06/2022
Baixa de receita fundos – Não recebidas	(836)	-
BSM / AMBIMA / B3 – Multas	(107)	(31)
SFR – Multas por obrig. acessórias	-	(1.012)
CVM – Multa S/ Obrig. Acessórias	(5)	(2.639)
Prejuizo em contrato cessão de direitos	-	(24.912)
Erro operacional	(39)	(10)
Outros passivos contingentes	(83)	(66)
Perdas com Proc. Trabalhista	(8)	-
Perdas com Proc. Civeis	(304)	(253)
Outras despesas operacionais	(6)	(54)
	(1.388)	**(28.977)**

(a) Vide nota 26 – Evento de Cessão de Crédito sem coobrigação de PDD de Fundos.

20. Imposto de Renda e Contribuição Social

O cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social está assim representado:

	30/06/2023		30/06/2022	
Apuração de IR/CS	**IRPJ**	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(688)	(688)	17.376	17.376
	(688)	**(688)**	**17.376**	**17.376**
Adições/(exclusões):				
Despesas não dedutíveis	454	454	470	470
Atualização de passivos fiscais contingentes	83	83	66	66
Provisão para devedores duvidosos	(1.136)	(1.135)	(24.611)	(24.611)
Outras provisões temporárias	-	-	(255)	(255)
Despesas/ (Reversão) de passivos contingentes cíveis	1	1	-	-
Dividendos recebidos	-	-	(1)	(1)
Atualização de depósitos judiciais	(83)	(83)	(172)	(172)
Reversão de Contingências Cíveis			(2)	(2)
Lucro real	**(1.370)**	**(1.370)**	**(7.099)**	**(7.099)**
(-) Compensação de 30% de prejuízos fiscais	**-**	**-**	**-**	**-**
Total da Base de Cálculo de IRPJ e CSLL	**(1.370)**	**(1.370)**	**(7.099)**	**(7.099)**
Total de IRPJ e CSLL	**-**	**-**	**-**	**-**

Em 30 de junho de 2023 a Corretora apresentava prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante R$ 6.158 (R$ 4.789 em 31 de dezembro de 2022), que ainda não foram reconhecidos em suas demonstrações financeiras por estudo técnico, conforme estabelecido pela Resolução nº 4.842 do Conselho Monetário nacional, pelo fato de ainda não ter apresentado dois resultados semestrais positivos consecutivos para a realização dos créditos tributários no montante de R$ 4.786 (R$ 5.240 em 31 de dezembro de 2022), provenientes de perda estimada com outros créditos de liquidação duvidosa e contingências cíveis, trabalhistas e ajuste de valor patrimonial no montante de R$ 1.146 (R$ 1.552 em 31 de dezembro de 2022).

21. Administração de recursos de terceiros

Em 30 de junho de 2023 a Corretora é responsável pela Administração de carteiras de particulares, de clubes e fundos de investimento, cujo valor de patrimônio líquido na data do balanço era R$ 10.472.765 (R$ 13.465.820 em 31 de dezembro de 2022).

22. Gerenciamento da estrutura de capital

O relatório com a descrição da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e gerenciamento contínuo de capital está disponível no endereço https://www.planner.com.br/demonstrativos-financeiros/, no site da Corretora.

Visando o atendimento à Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional, a Corretora, adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital da Corretora de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos pela Corretora de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes.

Risco operacional

Foram desenvolvidas ações visando à implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e política de risco operacional, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, os relatórios de gerenciamento do risco operacional e o processo de *disclosure*.

Risco de mercado

O gerenciamento de risco de mercado é efetuado pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência com relação à mesa de operações. A Corretora se encontra apta a atender as exigências da Resolução CMN nº 4.557/2017 que trata da estrutura de gerenciamento do risco de mercado, nos prazos estabelecidos.

Risco de liquidez

Visando o atendimento a Resolução CMN nº 4.557/2017, a Corretora adotou a política de gerenciamento de liquidez que tem como principal objetivo garantir a capacidade de pagamento do grupo, onde são monitorados eventuais descasamentos entre ativos e passivos, objetivando avaliar a capacidade financeira da Corretora em obter recursos para honrar seus compromissos.

Para maiores informações consultar a política de gerenciamento de liquidez disponível no site da organização.

23. Limites operacionais

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio de referência compatível com os riscos de suas atividades, superior ao mínimo de 9,875% do patrimônio exigido.

A Corretora adota o critério de patrimônio líquido consolidado em conjunto com sua controlada Planner Sociedade de Crédito Direto S.A. O Índice calculado para o semestre o encerrado em 30 de junho de 2023 é 11,03% (10,05% em 31 de dezembro de 2022).

Conforme AGE de 29 de dezembro de 2021 foi aprovado pela administração o aumento de capital da Planner Corretora de Valores S.A. pela Planner Holding Financeira S.A. no valor de R$ 20.000, para mitigar os impactos gerados pelas provisões realizadas no mês de dezembro de 2021. O processo deste aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 14 de março de 2022, conforme Ofício 5718/2022 BCB-DEORF, não sendo considerado no cálculo do Índice de Basiléia do mês de dezembro de 2021.

Conforme AGE de 25 de abril de 2022 foi aprovada pela administração a alteração da razão social da empresa Planner Sociedade de Crédito ao Microempreendedor S.A para Planner Sociedade de Crédito Direto S.A com a mudança do objeto social. Esta mudança foi aprovada em 5 de setembro de 2022 pelo Banco Central do Brasil. Devido a necessidade de aporte de capital decorrente da mudança do objeto social foi aprovado em 27 de setembro de 2022 o aumento de capital de R$ 4.000 mediante a emissão de 2.597.402 novas ações ordinárias nominativas. Este aumento foi aprovado em 07 de novembro de 2022 pelo Banco Central do Brasil.

24. Análise de Sensibilidade

A Corretora, de forma geral, não incorre em riscos de mercado e liquidez em suas atividades, pois é uma prestadora de serviços e seus serviços são pagos (Débito em conta corrente do Cliente). Concentra seus serviços em clientes institucionais e de grande porte e dessa forma seu único risco é o de crédito, caso um deles não pague pelos serviços prestados. Desde sua entrada em operação a Corretora não teve nenhuma perda.

As aplicações financeiras próprias são realizadas em bancos de grande porte com pequeno risco ou em títulos do governo.

Os Títulos e Valores Mobiliários são compostos por aplicação em títulos públicos, em Fundos de Investimento, inclusive no Fundo de Investimento Liquidação da Câmara BM&FBOVESPA e ações de companhias abertas nos quais são inerentes ao desempenho da sua atividade como Corretora de Valores.

Os valores registrados no Ativo e no Passivo a título de Negociação e Intermediação de Valores são referentes as liquidações de clientes nas operações da B3.
Em conformidade com a Circular nº 3.959 e Resolução 4.720, do Banco Central do Brasil, a Corretora utiliza, para fins de sensibilidade dos valores contábeis, o abaixo disposto:

Conta	Valor provável de realização ativo/(passivo)	Variação em função do risco - %	Obs.
Disponibilidades	1.462	-	(a)
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	28.174	-	(a)
Títulos e Valores Mobiliários	44.656	5%	(b)
Negociação Intermediação de Valores (líquido)	(560)	-	(a)
	73.732		

(a) – Sem risco
(b) – Risco estimado. Até a presente data não houve perda.

25. Outras informações

Plano de implantação – Res. CMN 4.966/2021

Em novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicou a resolução nº 4.966/21, que estabelece novas regras contábeis para instrumentos financeiros com base nos conceitos da norma internacional IFRS 9. Estas normas não produziram alterações nestas demonstrações contábeis, pois trata-se de normativos prospectivos A nova regulamentação entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

A nova prerrogativa requer que as instituições mensurem suas provisões para créditos de liquidação duvidosa com base em conceito de perda esperada, sem a necessidade de aguardar eventual inadimplência, tornando a provisão mais precisa em relação às futuras perdas que a instituição venha a verificar em períodos subsequentes, bem como para a designação e reconhecimento de relações de proteção (contabilidade de hedge).

Dentro do plano de adequação de dezembro de 2022, estabelecemos alguns dos ajustes necessários e potenciais impactos para adaptação à nova resolução. Identificamos a necessidade de revisão no ambiente de sistemas, principalmente com a contratação de um legado que propicie um melhor gerenciamento, desde a captura, fazendo a avaliação de crédito (mediante

políticas), o controle do carregamento das operações (mesmo quando cedidas a mercado) e a prática de mensuração das provisões para perdas esperadas, ainda que se utilizando dos preceitos da 2.682/99 em paralelo até que se obtenha um modelo mais eficiente de provisão. Também está em avaliação a possível necessidade de especialização e eventual contratação de profissionais – focados em análise de crédito, acompanhamento de pagamentos e com a mudança nos modelos de negócios, principalmente em relação aos produtos financeiros a serem disponibilizados no plano de negócio da SCD para os próximos anos.

Cabe ressaltar que a implementação do plano aprovado está condicionada às novas regulamentações a serem emitidas pelo BACEN e pela Receita Federal do Brasil, e quaisquer alterações serão submetidas novamente às devidas aprovações.

26. Eventos subsequentes

Após o encerramento do exercício em 30 de junho de 2023, e como demonstrado na NE 5a a Corretora já era cotista do fundo (quando o mesmo ainda era um Fundo de Investimento Multimercados).

A manutenção da posição no Fundo, cuja respectiva auditoria indicava Abstenção de Opinião, acabava arrastando esse mesmo apontamento às avaliações das DFs da Corretora e a sua controladora.
Fizemos em 2023, uma redução gradual de posição, chegando a R$ 1.371 em 30 de junho de 2023 e em 28 de agosto de 2023, efetivamos o RESGATE COMPLETO da posição em Cotas do Sing FIP.

A DIRETORIA	**REINALDO DANTAS** Contador CRC 1 SP 110330/O-6